



ILUSTRAÇÃO: ALEXANDRE DE NADAL/NIQ

Conflito na América Latina

O RECENTE EPISÓDIO ENVOLVENDO COLÔMBIA E EQUADOR expôs a delicada conjuntura das relações diplomáticas entre os países sul-americanos. Ao invadir o território equatoriano para capturar o segundo homem na linha de comando das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), os militares colombianos assumiram os riscos de gerar uma desestabilização regional. Por outro lado, o apoio norte-americano à ação dos colombianos, serviu para acirrar ainda mais os ânimos, em especial dos presidentes da Bolívia e Venezuela. Depois de muitas ameaças e troca de acusações, o episódio foi encerrado graças à atuação do Brasil, preocupado em evitar um conflito que poderia trazer sérios prejuízos aos protagonistas. Para analisar os desdobramentos desses acontecimentos, o JU convidou os professores Paulo Fagundes Visentini, do curso de Relações Internacionais, e Enrique Serra Padrós, do curso de História. Ambos trazem reflexões sobre o contexto histórico e político em que as ações de cada governo assumem novos significados e apontam para futuros desdobramentos.

O militarismo do norte e a diplomacia do sul

Paulo Fagundes Visentini *

O bombardeio pela Colômbia de um acampamento das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), localizado do lado equatoriano da fronteira, gerou uma crise bilateral que envolveu também a Venezuela. Trata-se de algo novo, se considerarmos a violação da soberania territorial do Equador, mas está, igualmente, vinculado a uma nova modalidade de confronto político em escala regional.

Analistas apressados desenharam cenários catastróficos em artigos analíticos nas edições do fim de semana seguinte, enquanto as notícias do dia mostravam a patética confraternização dos líderes rivais na Organização dos Estados Americanos (OEA). Mas a explosão prevista não ocorreu e, como é tradicional na cultura política da América Latina, fala-se muito e forte, e se faz pouco. Como se os discursos adquirissem força de realidade.

Os líderes de esquerda, Chávez, Morales e Correa, sucederam a elites corrompidas e desgastadas e buscam um novo caminho para a superação de graves problemas sociais. Mas esbarram em complexidades e obstáculos difíceis

de superar no curto prazo. Chávez sofreu considerável desgaste junto à sua base de poder ao propor um plebiscito numa época de dificuldades, mas a oposição não constitui ainda uma alternativa viável, configurando-se uma estagnada guerra de posições.

Já Morales encontra-se atolado numa difícil negociação com a elite econômica de Santa Cruz e os governadores dos departamentos produtores de gás. Correa não tem, aparentemente, este tipo de problema, mas não sabe bem que direção tomar, com uma economia dolarizada, uma imensa base militar norte-americana em seu território e o afluxo de refugiados do conflito colombiano. Uribe, por sua vez, busca tirar proveito do apoio da administração Bush, jogando com o problema transnacionalizado das FARC, como forma de deixar seus hostis vizinhos na defensiva.

A Colômbia representa uma peça-chave para



8008
NADAL

A Colômbia representa uma peça-chave para a estratégia norte-americana

a estratégia norte-americana, tanto em seu esquema de combate a guerrilhas e narcotráfico, quanto na oferta de acordos bilaterais de livre-comércio, em substituição à congelada negociação da ALCA. Igualmente representa um instrumento útil para manter os governos esquerdistas envolvidos numa agenda desgastante para eles e para a integração regional. Mas a retomada de uma diplomacia latino-americana consistente por Washington, dependerá do futuro(a) presidente.

O curioso é que o pivô da crise, as FARC, representam um ator declinante na política regional, tanto em consequência do Plano Colômbia como de uma transição sociológica desfavorável. Há uma crise de recrutamento, quebra da coesão de seus membros e expulsão para áreas de fronteira, resultando na perda de contato com a população colombiana e no desconforto dos vizinhos, que não desejam problemas

em fronteiras distantes e pouco guarnecidas.

Sabe-se que o controle das fronteiras, especialmente na Amazônia, oscila entre precário e inexistente, mas é difícil crer que o Equador desconhecesse a presença de um grupo armado estrangeiro em seu território. Por outro lado, em nenhuma hipótese poderia haver ataque a um território vizinho sem o consentimento do respectivo governo.

Obviamente, tratou-se de uma demonstração de força pela Colômbia, que gerou crise e desgaste sérios. Todavia, o desfecho, ainda que patético para os exaltados personagens, demonstrou a existência de uma diplomacia discreta e eficaz na América do Sul, que teve desdobramento na criação do Conselho Sul-Americano de Defesa, anunciado pelo ministro Jobim. Sutilmente, os diversos vizinhos fizeram saber aos protagonistas que esse tipo de crise é indesejável numa região repleta de problemas e carente de uma integração mais eficaz. E os que menos gritam são os que mais avançam.

* Professor de Relações Internacionais na UFRGS

A pentagonização da Colômbia e a desestabilização regional

Enrique Serra Padrós *

O ataque que vitimou o comandante Raul Reyes, das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), assim como a grave crise diplomática decorrente, permite algumas reflexões iniciais.

O desinteresse do governo Uribe (e dos EUA) na libertação dos reféns em poder da guerrilha vincula-se à rejeição de negociações e ao protagonismo de interlocutores incômodos. Uma distensão impediria os EUA de regionalizar o conflito, desestabilizar os governos rebeldes (Chávez, Morales e Correa), e reverter as tendências integracionistas da América do Sul.

Tentou-se encobrir o ataque contra Reyes manipulando informações, gerando diversãoismo (as ligações externas das FARC) e reafirmando que tudo vale na guerra (até trait acordos e armar ciladas). Entretanto, é importante ressaltar: havia um processo de negociação (a libertação de Ingrid Betancourt) envolvendo representantes europeus, a Venezuela, o Equador, as FARC e o próprio governo Uribe.

Pode-se questionar a metodologia da organização guerrilheira, suas nebulosas relações de sobrevivência e suas contradições internas. Mas ela é uma força político-militar beligerante de longa data, originada nos desdobramentos do

Bogotazo (1948), que controla parte do país e defende um projeto oposto ao neoliberalismo excludente e violento do governo Uribe.

As corporações midiáticas que acusam as FARC de terroristas (em sintonia com a Era Bush) silenciam quanto ao uso sistemático do terror governamental (e paramilitar) e suas vinculações com o narcotráfico. Silenciam, também, que em 1984 houve um cessar-fogo (*Acuerdos de la Uribe*) e as FARC depuseram as armas e se organizaram na *Unión Patriótica*. Entretanto, em poucos anos, três candidatos presidenciais e mais de cinco mil ativistas vinculados a essa força acabaram assassinados. Sobre isto também há silêncio.

Há cumplicidade norte-americana no ataque fornecendo a tecnologia de detecção e as “bombas inteligentes” utilizadas, além da provável utilização da Base de Manta. Vale lembrar as pedagógicas palavras de um militar equa-

As corporações midiáticas que acusam as FARC de terroristas silenciam quanto ao uso do terror governamental

toriano em 2001: “Diante do Plano Colômbia, Manta é um porta-aviões dos EUA na América Latina”.

A ofensiva contra as FARC é parte da estratégia de afetar o equilíbrio militar de uma região onde a Venezuela de Chávez e seu petróleo são alvos diretos. Aliás, Washington considera chave o controle da região andina para recuperar terreno diante do avanço das multinacionais européias e impedir a concorrência de outras potências emergentes (caso do Brasil).

O Plano Colômbia I fortaleceu a capacidade militar de Bogotá. A culpa do combate às FARC e ao narcotráfico rendeu à Colômbia mais de US\$ 5 bilhões em ajuda militar. A modernização das forças armadas é visível: helicópteros *Black Hawk*; armamento leve; visores infravermelhos; lanças rápidas; aviões de inteligência; radares de última geração. Mais de 1.500 assessores do Pentágono se somam a dúzias de instru-

tores israelenses e às corporações privadas de segurança.

O exército colombiano, na atualidade, é o segundo da América do Sul e o que mais gasta (6,5% do PIB). A proporção de efetivos militares, em relação aos vizinhos, é de 6x1 (Venezuela) e 11x1 (Equador). Já o Plano Colômbia II, em andamento, promete mais de US\$ 40 bilhões para a contra-insurgência no período 2007-13. O objetivo concreto é tornar o país confiável ao capital externo, particularmente nos setores de hidrocarbonetos, mineração e agronegócio. A estratégia continua a mesma: o deslocamento da guerra interna aos países vizinhos para desestabilizá-los (expulsando população, cultivos de coca e guerrilheiros).

Em suma, o Plano Colômbia persiste no combate a toda e qualquer força de resistência que se opõe à dominação econômico-militar dos EUA, das multinacionais e dos setores locais associados. E o mais preocupante é que nada indica que o cenário alvo fique restrito às selvas e montanhas controladas pelas FARC ou à Venezuela de Hugo Chávez.

* Professor do departamento e do PPG-História/UFRGS